

SUBCIDADANIA, NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO: PENSANDO SOBRE FUTURO EM UM PRESENTE MARGINALIZADO

SUB-CITIZENSHIP, NATURALIZATION OF THE INEQUALITIES AND YOUNG PEOPLE AT RISK SITUATION: THINKING ABOUT THE FUTURE IN A MARGINALIZED PRESENT

Neylton Allan Costa SANTOS*

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é analisar como os jovens em situação de risco do projeto Lugar da Criança pensam sobre seu futuro tendo em vista o conceito de Subcidadania de Jessé de Souza. Durante visitas semanais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com jovens entre 12 e 17, valorizando-se a vivência e visão de mundo de cada um. Percebeu-se que todos os jovens têm pretensões futuras diversas mas que se chocam com a realidade em que vivem, em muitos casos adequando-se a ela, aceitando um futuro de subempregos e de uma vida que se estabelece apenas na comunidade, pois existe o receio da não aceitação fora dela.

Palavras-chave: subcidadania; desigualdade; jovens; exclusão.

Abstract:

The main objective of this work is to analyze how young people at risk situation of the Lugar da Criança project think about their future in the view of Jessé de Souza's concept of Sub-citizenship. During weekly visits, there were conducted semi-structured interviews with young people between the ages of 12 and 17, by valuing the experience and worldview of each one. It was noticed that all young people have different future pretensions, but that they clash with the reality in which they live, in many cases adapting to it, by accepting a future of underemployment and a life that is established only in the community, because there is the fear of non-acceptance out of it.

Keywords: Sub-citizenship; inequality; young people; exclusion.

Introdução

A obra do sociólogo Jessé de Souza traz um vasto acervo teórico em relação ao processo de modernização excludente e a produção de subcidadãos no Brasil. Seu conceito de subcidadania (ou “Ralé”) elucida a naturalização da situação de opressão e humilhação vivida por grande parte da população e ratificada por uma ideia ilusória de igualdade da ordem competitiva atual. O indivíduo, que já nasce desprovido de condições básicas como saúde, alimentação, educação, ou tem acesso limitado a elas,

* Mestrando em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: nacs88@gmail.com.

tem grandes chances de não atender às demandas do mercado competitivo, o que provavelmente não lhe dará reconhecimento social e “utilidade” neste modelo econômico (que se incorpora no social), podendo deixá-lo a mercê de dramáticas consequências políticas e pessoais.

A subcidadania (SOUZA, 2003) está ligada não apenas à marginalização histórica de vários grupos sociais, mas também à reprodução e manutenção dessa grande parte de indivíduos à margem de uma ordem produtiva objetiva, moderna, que exige personalidade e comportamento específicos. O “tornar-se” cidadão pleno e produtivo está intimamente ligado à noção de dignidade do agente racional e como este modelo de produção adquiriu com o passar dos anos um caráter quase que dogmático, a falta de sucesso é vista como infortúnio pessoal, naturalizando o descaso e o abandono de milhões em uma periferia social.

Pretendo neste ensaio analisar como o processo de modernização brasileiro formou um grupo de excluídos pela ordem competitiva. Além disto, tentar entender como este mesmo modelo de competição mercadológica naturaliza e reproduz as desigualdades através da ideologia espontânea do capitalismo, e captar nos discursos dos jovens escolhidos para esta pesquisa se há esse reconhecimento como uma classe desfavorecida e se eles se vêem como possíveis condutores de seus futuros.

A formação deste grupo de subcidadãos pode nos auxiliar em uma possível compreensão acerca das mazelas sociais que afligem o país e que são maquiadas através de noções que vêm desde a colonização, ratificadas pela meritocracia que vigora em nossa sociedade. Isso simbolizaria um passo importante para o entendimento das representações sociais e da falta de perspectiva que nossa sociedade atual e todas as suas instituições dão para os indivíduos de classes subalternas, além de uma crítica à exaltação da meritocracia como fonte de disputas justas e igualitárias no contexto mercadológico.

Modernização e a produção de uma massa de excluídos

A modernização pode ser entendida como um processo de mudança econômica, cultural, social e política que ocorre em países periféricos, tendo como parâmetro os países centrais, “desenvolvidos”, urbanos e industriais (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996). Para Norbert Elias, esta serve para expressar a autoconsciência do ocidente,

legitimando sua superioridade em relação a outras culturas, explicitando sua singularidade e autenticidade. Para Elias, “não é um progresso da razão que caracteriza o Ocidente, mas uma mera ‘progressão’, uma linha de desenvolvimento comandada por necessidades de distinção social e prestígio” (ELIAS *apud* SOUZA, 2000, p. 43).

Referimo-nos a esse conceito de Elias para fazermos uma ponte com o tipo de modernização que Jessé de Souza explicita para abordar uma exclusão histórica brasileira. O sociólogo desenvolve sua tese da modernização brasileira partindo primeiramente de uma crítica a um paradigma dominante nas ciências sociais brasileira do século XX que concatena as ideias de patrimonialismo, personalismo e familismo como base de uma sociedade pré-moderna. A marginalização em massa, a naturalização das desigualdades sociais de setores significativos da população e a dificuldade em se adequar e implantar uma ordem competitiva mercadológica nos moldes europeus seria consequência da expansão deste modelo pré-moderno para grande parte das esferas sociais do país (SOUZA, 2000).

O autor critica a chamada “sociologia da inautenticidade” (SOUZA, 2000), que engloba as teses de Raimundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Roberto DaMatta, as quais Souza considera culturalistas e pré-científicas e que atribuem à herança patrimonial-patriarcal sobre o Brasil da contemporaneidade os motivos das mazelas e distorções de nossa organização social moderna. As teorias desses quatro estudiosos brasileiros englobam conceitos que se imbricam para tentar dar forma à uma soberania do passado sobre o presente (TAVORALO, 2005).

Souza vai até outro clássico da nossa sociologia, o sociólogo Florestan Fernandes, e mostra semelhanças com suas avaliações sobre o início e a manutenção da marginalização excludente brasileira. Florestan fala de um grupo que teve o pior “ponto de partida” na transição da ordem escravocrata à competitiva, que seriam, no caso, principalmente negros e mulatos. O abandono do liberto à própria sorte, sem qualquer auxílio do Estado, da igreja ou qualquer outra instituição foi um fator decisivo em um início de processo de marginalização, além da total falta de interesse dos antigos senhores na condição do recém “liberto”. Logo após a abolição, o ex-escravo se viu, sem meios morais e materiais, responsável por seus filhos e familiares para tentar sobreviver a uma nova ordem competitiva capitalista burguesa.

Segundo Fernandes *apud* Souza:

“A ânsia em libertar-se das condições humilhantes da vida anterior, tornava-o (ex-escravo), inclusive, especialmente vulnerável a um tipo de comportamento reativo e ressentido em relação às demandas da nova ordem. Assim, o liberto tendia a confundir as obrigações do contrato de trabalho e não distinguia a venda de força de trabalho da venda dos direitos substantivos à noção de pessoa jurídica livre. Ademais, a recusa a certo tipo de serviço, a inconstância no trabalho, a indisciplina contra a supervisão, o fascínio por ocupações “nobilitantes”, tudo conspirava para o insucesso nas novas condições de vida e para a confirmação do preconceito.” (SOUZA, 2003, p.156)

A dificuldade de adaptação ao novo modelo competitivo será, para Florestan, a semente para uma marginalização continuada de negros e mulatos. Faz-se necessário neste ponto a análise de Fernandes e reiterada por Souza, sobre o fato da família negra não constituir, naquele momento, uma unidade capaz de exercer suas virtudes para moldar personalidade e comportamentos básicos que fujam de padrões danosos ao próprio indivíduo e ao seu meio específico e tendo, para o autor, a família como instância social e moral básica. É percebido por Florestan que há uma continuidade da política escravocrata brasileira que buscava impedir qualquer tipo de organização familiar ou comunitária por parte dos escravos, e essa continuidade de padrões familiares disruptivos que é, segundo o sociólogo, fator determinante para a perpetuação da desorganização social de negros e mulatos (SOUZA, 2003).

Souza parte de outra perspectiva, que visa demonstrar como a naturalização das desigualdades sociais e a consequente produção de subcidadãos em países periféricos como o Brasil é resultado não de uma suposta herança personalista e pré-moderna, mas de um processo de modernização que se deu no início do século XIX. A desigualdade e sua naturalização podem ser relacionadas à eficácia dos valores e instituições modernas que seguem um modelo que se estabelece “de fora para dentro”. Por este motivo que esta eficácia se mantém velada e de tão difícil percepção em nosso cotidiano (SOUZA, 2006).

Souza, seguindo um ponto levantado por Gilberto Freyre, defende que o Brasil moderno nasce em 1808, através da “importação” de uma modernidade que é construída aqui de “fora para dentro”. Instituições cruciais como o Estado centralizado e um mercado competitivo, através da chegada da Família Real Portuguesa e de todo um quadro administrativo português (que será a semente de um Estado), e a Inglaterra, que já abertamente moderna e burguesa, traz-nos o início do mercado competitivo com a

abertura dos portos e a troca de mercadorias (SOUZA, 2009). Através deste quadro podemos perceber a chegada ao Brasil de valores que rompem com o que havia anteriormente, trazendo uma nova mentalidade à vivência e costumes em todos os âmbitos nacionais.

O mercado marcará de forma mais contundente a caracterização social das pessoas no que diz respeito a um perfil produtivo. Dentre esses novos valores incorporados como naturais está o discurso moderno do indivíduo moral como código valorativo dominante. Os vínculos de dominação passam a ser impessoais, pois se referem a valores inscritos na lógica de funcionamento das instituições fundamentais do mundo moderno, principalmente o mercado capitalista. Como exemplo, os antigos binômios senhor/escravo ou coronel/dependente se tornam trabalhador qualificado/trabalhador desqualificado, doutor/analfabeto, burguês/morador da periferia, entre outros exemplos. Sendo assim, a singularidade da modernidade se dá precisamente por uma configuração formada pelo sentido imediato e cotidiano (Para Taylor, “naturalismo” e para Bourdieu, “doxa”), em que o indivíduo está imerso em uma ilusão que produz um desconhecimento específico acerca de todo o contexto social que o cerca e sua própria condição de vida (SOUZA, 2003).

A ordem competitiva também tem sua hierarquia e, mesmo que não nítida aos atores, e baseado nela, é que grupos que foram marginalizados antes e depois do fim da escravidão, sem apoio das grandes instituições e sem qualificação adequada, se viram excluídos e desqualificados de forma permanente. Os excluídos desde o fim da escravidão e que não tiveram apoio de instituições para que se firmassem de fato como cidadãos formaram um grupo de marginalizados. A precarização não só das condições materiais, mas também de personalidade e de condições psicológicas deste grupo marginal é perpassada adiante através de um *habitus*, ou seja, de uma personalidade e disposições de comportamento específico que não atendem às demandas objetivas para que um indivíduo ou um grupo social sejam considerados úteis e produtivos para uma sociedade. Em uma sociedade moderna, esse tipo de personalidade pode dar ou não reconhecimento social à pessoa, podendo acarretar conturbadas consequências políticas e sociais (SOUZA, 2003).

Bourdieu e as práticas pré-reflexivas

O sociólogo francês Pierre Bourdieu afirma que toda sociedade cria mecanismos que mascaram as relações de dominação, agindo em todos os âmbitos sociais, como classes, sexo, faixas etárias. Independentemente de uma sociedade pré-moderna ou moderna, elas produzem formas de desconhecimento que permitem naturalizar as relações sociais de dominação (SOUZA, 2003).

No que se refere ao *habitus*, Bourdieu (1996) nos mostra que existe um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, um sistema de disposições duráveis que são enraizadas desde o início de nossas vidas. No caso, eles pré moldam muito do que acontece em nosso contexto social como possibilidades, limites, liberdades, tudo de acordo com as condições objetivas, ou seja, o que está externo a nós. Seria, no caso, um sistema de condutas e comportamentos que engendram práticas individuais e coletivas. É uma espontaneidade sem pré-reflexividade ou vontade, pois não é nem vontade mecânica nem liberdade reflexiva e consciência (BOURDIEU, 1996).

A intenção, graças ao *habitus*, se torna supérflua, já que as práticas cotidianas são impessoais e automáticas. Há uma unidade de sentido que é compartilhada e que transcende grupos específicos e indivíduos (BOURDIEU, 1996). Os nossos corpos são manifestações sociais tangíveis de nós mesmos. Hábitos alimentares nos moldam, nossa socialização e cultura constroem de forma anterior todas as nossas manifestações expressivas em gestos, cortes de cabelo, roupas que vestimos, nosso jeito de andar e falar, transformando assim nossas expressões visíveis em sinais sociais. Desse modo, a partir destes sinais visíveis, classificamos as pessoas e os grupos sociais, auferimo-lhes prestígio ou desprezo. (SOUZA, 2003)

A tese de Florestan (explicitada anteriormente e) utilizada por Souza sobre o grupo que teve o pior “ponto de partida” na modernização excludente nacional nos serve neste momento. No caso, a dificuldade de adaptação à nova ordem competitiva é a semente de uma marginalização continuada de negros e mulatos, originando assim um grupo de excluídos, de subcidadãos. Utilizando-nos de Souza, que também se utiliza de Bourdieu, temos a seguinte passagem:

“atribuir à constituição e reprodução de um *habitus* específico, no sentido de Bourdieu- a apropriação de esquemas cognitivos e avaliativos transmitidos e incorporados de modo pré-reflexivo e automático no ambiente familiar desde a mais tenra idade, permitindo a constituição de redes sociais, também pré-reflexivas e automáticas, que cimentam solidariedade e identificação, por um lado, e antipatia e

preconceito, por outro-, o lugar fundamental na explicação da marginalidade do negro. Este ponto é central, posto que, se é a reprodução de um ‘habitus precário’ a causa última da inadaptação e marginalização desses grupos, não é ‘meramente cor de pele’, como certas tendências empiricistas acerca da desigualdade brasileira tendem, hoje, a interpretar. Se há preconceito neste terreno, e certamente há e agindo de forma intransparente e virulenta, é, antes de tudo, um preconceito que se refere a certo tipo de ‘personalidade’, julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo.” (SOUZA, 2003, p. 158).

Habitus são também princípios geradores de práticas distintas, pois o que o jovem da periferia come não é o mesmo que o da classe média alta come. Mas não apenas o que ele come, e sim a forma de comer, um esporte e sua maneira de praticá-lo, opiniões políticas e a forma de expressá-la, entre outros. Estes princípios de divisão e de visão de mundo, princípios de gosto e de classificação, estabelecem a diferença entre o que é bom e ruim, entre o bem e o mal, entre o que é vulgar e distinto, sabendo que, essas classificações são relativas quanto ao significado do que é ser bom ou ruim para cada pessoa. Porém, uma questão crucial nestas linhas divisórias sociais é que, uma diferença só é escancarada, perceptível e socialmente estabelecida quando há alguém capaz de percebê-la (BOURDIEU, 1996)

A família tem papel fundamental em outro conceito importante para nosso referencial teórico: capital simbólico. Este conceito engloba não o poder aquisitivo, mas sim o poder de cognição, de aprendizado, o que o indivíduo absorve de conhecimento e cultura. Tudo isso pode ser herdado pela família, que introjeta ou não na criança o gosto pela leitura, pela arte, pelo pensamento, pela busca ao conhecimento. A escola pode ser fundamental não apenas em seu papel rotineiro de reproduzidor de um conhecimento específico e muitas vezes “mastigado”. Ela pode atenuar as especificidades, as diferenças, a grande vala existente entre vários alunos, muitas vezes de classes sociais díspares, pois se o mesmo conteúdo é passado para duas crianças com vivências e capacidades cognitivas diferentes, é certo que uma delas sairá perdendo nesta batalha (BOURDIEU, 1996).

O capital simbólico age como um efeito encobridor, uma ilusão histórica e mutável, mascarando os efeitos econômicos, em sociedades pré-modernas, e dando-os uma “ética de honra”. Para a classe média, o capital simbólico pode valer igual ou até mais que o financeiro, pois engloba um conhecimento que em muitos casos não se

detém apenas com dinheiro. O capital simbólico seria capital negado e disfarçado, em que ele é apenas percebido como verdadeiro se não for associado a algum tipo de capital (SOUZA, 2003).

Portanto, há uma nova versão desses subcidadãos ou desta “ralé”, e ela não é mais oprimida por uma relação de dominação de um senhor. No contexto da impessoalidade moderna, que também recai na periferia, existem agora redes invisíveis de crenças compartilhadas pré-reflexivamente no que tange o valor relativo de grupos específicos e de indivíduos. No caso, estes valores são ancorados institucionalmente e reproduzidos diariamente por uma ideologia simbólica social e política, definindo assim o lugar social de cada um. Essas redes dão um novo conteúdo e dinâmica às relações de dependência (SOUZA, 2003).

A Falta de Reconhecimento como uma das prerrogativas para a marginalização social

Souza se ampara nos autores Charles Taylor e Axel Honneth para subsidiar a questão do reconhecimento. Partindo desta análise, o sujeito tem que se sentir reconhecido e conseqüentemente em comunhão com os outros sujeitos, tudo isso mediante a aceitação por parte destes outros, de suas qualidades e capacidades.

O filósofo alemão Friedrich Hegel é quem, segundo os autores, inicia o estudo sobre a luta por reconhecimento, mostrando que o reconhecimento mútuo se dinamiza através do reconhecimento social, em que o indivíduo aprende a conhecer e realizar novas dimensões de sua própria identidade. Diferenciando-se da teoria Hobbesiana da luta por reconhecimento através da autopreservação física, o desafio se dá através da aceitação intersubjetiva de inúmeras dimensões da subjetividade humana, enaltecendo o conflito constante das pessoas como elemento constitutivo da vida social, engendrando relações sociais cada vez mais desenvolvidas. Este conflito, que tinha caráter destrutivo e efêmero, agora inicia o momento positivo de formação e desenvolvimento do processo social, dando uma guinada na lógica do reconhecimento. (SOUZA, 2000)

A identidade nos moldes tradicionais era algo objetivo, fora do indivíduo, sendo dada pelo lugar que a pessoa ocupava na sociedade e pelos papéis sociais vinculados a essa atividade e mesmo hoje ainda podemos nos definir por estes papéis. Contudo, a proclamação do ideal da autenticidade é o grande elemento inovador, fazendo com que a pessoa seja quase que compelida a descobrir seu eu, seu jeito de ser original, e que não

pode ser descoberto pelos seus papéis sociais exercidos em seu contexto, mas sim de forma interna (MATTOS, 2006).

Se por um lado há uma lógica na busca interna de nossa identidade, por outro prega-se que ela deva ser uma construção monológica, ou seja, uma construção de nós mesmos. Não leva-se em consideração todo um pano de fundo que concatena nossas aspirações, gestos, gostos, vivências, opiniões, ou seja, tudo que faz com que haja uma construção dialógica de nossa identidade.

Partindo do princípio de um eu mais valorizado, o social se perde no individual, permitindo a celebração do mérito do indivíduo, justificando todo e qualquer privilégio na modernidade, legitimando inclusive os desprivilegiados e seus infortúnios “unicamente” individuais. Este tipo de prerrogativa ratifica a precariedade dos marginalizados, além de afirmar as pessoas como construtoras de suas próprias vidas, havendo cada vez menos ligação com seus semelhantes. Segundo Honneth:

“[...] As pessoas parecem cada vez menos capazes de formar propósitos juntas e cumpri-los. O efeito disso é a promoção de agrupamentos parciais, sem qualquer possibilidade de tematizar suas questões numa esfera pública maior, e uma maior dificuldade de envolver a sociedade ao redor de programas compreendidos em comum” (HONNETH, 2003, p. 117).

Para Charles Taylor, nossa identidade é moldada, quase sempre, pelo reconhecimento ou pela ausência dele e distorções reais ao indivíduo podem ser geradas através de um não reconhecimento ou de um reconhecimento errôneo. Este exemplo nos mostra que tipo de opressão pode ser causada em uma pessoa com danos seríssimos para sua aceitação, pois se a sociedade ao redor do indivíduo lhe mostrar uma imagem depreciativa a seu respeito, a probabilidade dele construir uma imagem positiva de si mesmo é deveras complicada (MATTOS, 2006).

Essa autoimagem da pessoa sendo não digna de respeito e admiração faz com que seja praticamente impossível sua participação em uma esfera pública. A interiorização da categoria de cidadão de segunda classe, de inferiorização, de subgente, tem fortes consequências na naturalização das desigualdades.

Ideias negativas a respeito do outro como maus-tratos, ofensas e rebaixamentos, ou seja, formas de reconhecimento recusado, não burlam apenas a liberdade de ação ou

lhe causa danos. Elas perpassam uma construção intersubjetiva da própria pessoa, que foi feita de forma positiva, ofendendo a integridade humana que está assentada em padrões de reconhecimento. De uma junção interna entre individualização e reconhecimento, se dá uma vulnerabilidade específica do indivíduo, ou seja, o conceito de desrespeito, pois a autoimagem de cada ser humano depende da possibilidade de uma vigilância positiva constante do outro. (HONNETH, 2003).

Não apenas humilhações pessoais que formam o constructo individual de cada um são maneiras de rebaixamento pessoal e lesões psíquicas. A negação de direitos básicos e várias formas de humilhações públicas no que tange o insucesso de uma pessoa na vida, estão entre as categorias de desrespeito, que se transformam em privação ou negação do reconhecimento. Outra forma elementar de rebaixamento humano pode se dar através de formas práticas de maus-tratos, em que não é dada à pessoa todas as possibilidades da livre disposição sobre seu corpo, tolhendo-a de forma bastante violenta. Esse tipo de apoderamento sobre o corpo é a forma mais elementar de violência e rebaixamento pessoal. Ações contra a sua vontade e independente da intenção, lhe causarão humilhações de proporções sem precedência, pois interferirá violentamente na sua autorrelação. Não é a dor corporal em si, e sim a conexão com o sentimento de estar sujeito à vontade de um terceiro e sem nenhum tipo de proteção, ocasionando uma perda na confiança em si mesmo e no mundo (HONNETH, 2003).

Outro tipo de rebaixamento além dos maus-tratos corporais que causam profundas consequências negativas em um indivíduo e que afetam seu autorrespeito moral é a supressão de determinados direitos no interior de uma sociedade. O sujeito é estruturalmente excluído da posse desses direitos, tirando-lhe o sentimento de igualdade de valor e conseqüentemente há uma exclusão social. No caso, acontece uma violência ligada à limitação de uma autonomia pessoal e o sentimento de não ter prestígio e valor de igualdade, sendo moral e juridicamente lesado, além da negação intersubjetiva de um sujeito de valor e capaz de formar juízo moral. Perde-se o autorrespeito, a dignidade, a força para se declarar uma pessoa como as outras, chamar o outro de semelhante, de parceiro (a), tirando-lhe um reconhecimento que lhe auxiliaria em uma interação socializadora (HONNETH, 2003).

A relação com o “eu” e a construção da identidade pessoal dos (as) jovens

“Eu quero, eu posso, eu consigo”. Essa frase está escrita com letras garrafais na quadra poliesportiva da ONG, em uma de suas entradas, para que todos vejam. Pensar se os (as) jovens tomam um tempinho de suas vidas para pensar sobre tipo de incentivo é o que também nos move à tentar compreender o que eles pensam sobre onde eles se vêm daqui há alguns anos e o que pretendem fazer da vida para que se sintam bem e em comunhão com a sociedade.

Antes de iniciarmos as entrevistas, sabíamos que há uma filosofia exclusiva do Projeto “Lugar da Criança”, que é a inserção das crianças e dos jovens em atividades que não fazem parte de seus cotidianos, como esportes, reforços escolares, música e acompanhamento pedagógico. O projeto acolhe crianças e jovens da comunidade do Coque e do Papelão, e estas mesmas pessoas provavelmente passaram por mais dificuldades do que as de outras classes. Não podemos nos ater a isso simplesmente por estarem em uma comunidade, pois felicidade é um conceito relativo, mas abordamos aqui questões estruturais, sanitárias, sociais, entre outras. Como tratamos aqui de subcidadania, percebe-se que as chances que são dadas tendem a introjetar na cabeça do jovem que eles são capazes e que não são inferiores aos das demais classes.

A escolha do projeto “Lugar da Criança” deve-se ao fato de acolher jovens que, pela posição social, estão teoricamente inseridos na definição de subcidadania ou “Ralé”, de Jessé de Souza (2003). A pesquisa consiste justamente em constatar ou negar essa prerrogativa de acordo com as perspectivas de futuro de cada um destes jovens indicados para as entrevistas, questionando-se como é possível pensar em mudanças de trajetórias individuais a partir deste pano de fundo valorativo da naturalização das desigualdades e da meritocracia. Para que se inicie a análise das entrevistas colhidas, primeiramente temos que nos ater às definições de jovens em situação de risco.

As perguntas podiam variar segundo o caminho que a conversa tomava e se o (a) jovem se sentia mais confortável para responder à medida que a entrevista ia se prolongando. A falta de experiência no campo alia-se a uma imensa vontade de unir teoria e prática da forma mais direta possível para que se ajuste os discursos colhidos ao conceito teórico que tomou-se para este recorte. Dez jovens foram entrevistados, dentre eles cinco mulheres e cinco homens, com idades que variam entre 12 e 17 anos, além da coordenadora da ONG, que serviu como uma opinião de fora por alguém com uma vivência bastante significativa com o público alvo desta pesquisa.

Percebeu-se que todos têm pretensões futuras, mas que a própria expressão “futuro” teve que ser bem expressa por motivos de dúvidas acerca do que ela significa em si. Alguns falam de profissões que exigem um curso superior, como arquitetura, engenharia e medicina, e outros de um caminho que eles consideram mais fácil, como jogador de futebol e policial, e os dois mais novos não têm ainda uma opinião formada sobre o que pretendem fazer. Porém, tratando-se de perspectivas futuras, não temos a intenção de apenas sabermos o que pretendem ser quando crescerem, e sim o que sentem hoje como jovens que podem enxergar um futuro próximo, o que já passaram, se têm apoio em casa e na vida, entre outras questões.

Algumas profissões, como jogador de futebol, policial, ou até mesmo não ter uma idéia definida de uma ocupação futura, como nos apontou um dos jovens, mostram que muitos têm a noção de uma dificuldade pessoal e estrutural de se chegar a um curso superior, e que, observando a conversa, pretende-se apenas terminar o ensino médio. Esta questão está atrelada, em quase todos os entrevistados, a um incentivo da família de dar continuidade aos estudos e que se tenha pelo menos um diploma de nível médio, pois os próprios familiares (muitos de seus parentes não têm este diploma) sabem que seus filhos podem ter um futuro melhor que os seus e a ONG dá aos pais esta visão otimista.

Além de pertencerem a mesma comunidade, percebe-se que quase todos os integrantes do projeto são negros, o que mostra que a pobreza tem cor no Brasil. Todos eles têm um sentimento de pertencimento à comunidade e de proteção que ela os dá, e quando questionados sobre morar em outro lugar, são enfáticos ao dizerem que quer passar o resto da vida ali. O sentimento de proteção que a comunidade os proporciona é ratificado por depoimentos sobre algumas formas de preconceito vivenciadas por quatro jovens entrevistados. Um deles afirma que diverte-se pouco fora do Coque e do Papelão (comunidades integradas) pois já desviaram deles na rua achando que se tratava de um assaltante. Os outros dizem que muitas vezes recebem olhares tortos de muitos na rua por eles terem uma aparência suspeita.

Uma das meninas, de 16 anos, irmã de dois dos entrevistados, afirma que nunca sofreu discriminação, porém saiu pouco da comunidade, e que quer ser médica. Percebe-se uma dificuldade na dicção da jovem e na entrevista com a coordenadora da ONG, Militza Greenhalgh, conhecida como Lôra, ela afirma que a jovem ainda tem

muita dificuldade para leitura e escrita, o que mostra uma dificuldade cognitiva considerável e que vem desde mais nova, principalmente pela falta de leitura e escrita quando pequena. Lôra foi muito importante para esta pesquisa pois nos forneceu contrapontos, em certos momentos, à noção de realidade dos jovens que queríamos ter, pois como acompanha mais de perto, observa e nos repassa aspectos das vivências que não podemos colher em algumas visitas e entrevistas.

Lôra também nos fala sobre a carência emocional deles que resulta, possivelmente, de situações complicadas em seu contexto familiar, e que não há uma abertura direta, mas que é perceptível em seus olhares. A coordenadora faz uma comparação de atitudes de jovens de classes superiores, com exemplos diários que vê nas mídias, de casos de bullying e agressões a familiares, e nos conta que não soube de nenhum caso parecido relacionado aos jovens do Lugar da Criança, o que a deixa bastante orgulhosa. O projeto em si, com todos os profissionais envolvidos, incentiva-os bastante a estudarem, a não abandonarem a escola e a darem importância a uma escolha de profissão para um futuro melhor.

Lôra afirma: “Acredito que muitos desses jovens não abandonem a comunidade, até por tradição da família, uma geração após outra, outros por não conseguirem talvez superar questões emocionais e de estudo. Infelizmente percebo que a escola não tem ensinado nada pra eles, e os vejo, ano após ano, sem evolução, e isso nos deixa bem tristes, pois mesmo nós, fazendo um trabalho paralelo, vemos que ainda falta muito. Alguns têm uma família um pouco melhor estruturada.” Lôra fala de Joanelha, uma menina que não foi entrevistada, e que chegou com seis anos no Lugar da Criança, muito tímida e que chorava bastante, o que deixava a coordenação e professores intrigados. Ela saiu e voltou há pouco para o projeto, e seu irmão foi preso por tráfico e porte de drogas, e Joanelha não quis se abrir sobre o caso. Seu irmão esteve no projeto quando jovem e era bem tranquilo, mas que enveredou para um caminho mais conturbado, mostrando que o choro e a dificuldade do projeto em tentar educar a irmã tinha fundamento, ou seja, sua família complicada.

Lôra diz que, para ela, o grande problema dos jovens é a falta de uma educação familiar de base, seguida de uma boa educação escolar, pois é nítida, vide relatos anteriores da própria, a dificuldade dos jovens com o ensino. Ela afirma: “Eu gostaria muito de acreditar que eles terão as mesmas chances sim, mas é muito complicado. É

uma questão de educação, como falei antes, deles irem à luta diante do que vivem. Nosso trabalho tá sendo feito, que é o incentivo, de dizer que são capazes e colocar isso no coraçãozinho de cada um, porque no fundo eles são. Eles têm que arregaçar as mangas e irem à luta e sei que muitos deles poderiam conseguir, mas dentro do que vejo no dia-a-dia acho difícil e espero estar enganada. A vontade pode vir junto com o apoio familiar e esse apoio é muito pequeno, talvez por não acreditarem ou por não terem conseguido o que eles queriam na época deles e pode ser que não saibam ajudá-los a almejar um futuro diferente.”

Por isso a importância da conversa com os jovens, não apenas juntos, mas individualmente. Claro que notamos o receio de falarem algumas coisas, pois mesmo acostumados a conversarem com outras pessoas, não conseguimos extrair tudo deles, mas o que foi coletado já é de grande ajuda. Outra questão a ser citada é o projeto como lugar de mudança de vivências e de acolhimento, o que dá mais segurança ao jovem de expressar suas aspirações futuras e falar de forma mais segura (em certos momentos) sobre sua vida. Seria bastante diferente se as entrevistas fossem feitas em sua comunidade de fato, na rua, ou em casa, pois o Lugar da Criança e sua filosofia de inserção e ajuda pedagógica confere ao jovem um pouco mais de segurança quanto à sua vida e o que fazer dela.

Além disso, outra questão decisiva esclarecida durante as entrevistas foi o fato de nenhum deles ter afirmado que trabalha ou já trabalhou e isso demonstra que não só a família, mas o projeto dão um apoio básico para que eles não precisem fugir de suas “obrigações” referentes à idade. Por isso constatamos que muitos deles têm segurança quanto ao que se quer fazer no futuro justamente por nunca terem precisado trabalhar formal ou informalmente, já que o trabalho precoce poderia tolher mais ainda as aspirações de cada um. O árduo trabalho durante infância e adolescência evidencia uma formação de ideia de futuro bastante difícil e sem esperanças.

Ao mesmo tempo, nota-se uma grande vontade de muitos dos jovens de se comunicarem e se expressarem. São pessoas que provavelmente se sentem tolhidas em vários âmbitos de sua vida e o projeto lhes dá essa oportunidade. Podemos afirmar que não teríamos o mesmo sucesso se não houvesse o projeto como um lugar de integração e inserção para estes jovens, pois uma vida relativamente conturbada pode provocar um sentimento de impotência quanto à comunicação, lhes restando outros modos de se

expressarem, como a raiva, o silêncio contundente, atos ilícitos, violência, entre outros. Claro que muitos deles poderiam ter a mesma reação de aceitar nossa conversa mesmo fora do projeto, mas é nítido que a grande maioria ali presente não é a mesma que entrou, mostrando que acolhimento, oportunidade, aceitação e práticas sociais dignas de um adolescente mudam, mesmo que de forma inicial, as perspectivas de uma pessoa.

Considerações Finais

Para Jessé de Souza (2009), as respeitadas teorias dos grandes clássicos da sociologia nacional que englobam a “sociologia da inautenticidade” são culturalistas, conservadoras e pré-científicas, servindo para dar um caráter homogeneizador ao povo brasileiro. No caso, as sociedades são formadas por ideias e estas ideias naturalizam-se, e o que vai ajudar a moldar nossas opiniões sobre quem vamos valorizar ou não, o que vamos priorizar, quem vamos abandonar, tudo isso depende de consensos que serão compartilhados, muitas vezes sem a devida reflexão, e estes consensos são construídos quase sempre por intelectuais.

Souza, dialogando principalmente com Charles Taylor e Pierre Bourdieu, mostra-nos que há uma empreitada teórica para que se ressignifique e que se articule um contexto de vida específico. Este contexto, para Taylor, embora não tenhamos consciência dele na vida cotidiana, pode guiar e orientar toda a ação humana, além do combate a uma ilusão (ou falta de sentido) imediato, mostrando-nos a necessidade de reconstrução de uma prática não construída e que comanda nossa vida cotidiana. Faz-se necessário também, segundo os autores, a reconstrução de uma prática não articulada, que dita o que fazemos em nossa vida cotidiana, além de construir e destacar uma hierarquia de valores que não se mostra. Já para Bourdieu, a mesma questão faz com que urja uma desconstrução do que ele chama de *illusio* social, ou seja, uma desconstrução e reconstrução de percepções de sentido imediato que consolidam situações de dominação e opressão. O sociólogo francês rompe com o mentalismo e o intelectualismo, mostrando que sua ênfase é o condicionamento pré-reflexivo, espontâneo, automático, emotivo, que está inserido no corpo, através de nossas ações, escolhas e disposições (SOUZA, 2003).

Partindo direto para conclusões iniciais sobre o resultado da pesquisa, percebemos que sim, eles pensam sobre seus futuros em sua maioria, parecem saber o que querem e não se intimidam ao dizerem que irão conseguir mesmo com as

dificuldades. É claro que a presença de alguém não tão próximo e que está lhes ouvindo pode mudar um pouco seus discursos a fim de uma boa impressão para o novo amigo (e pesquisador). Isso é um ponto a ser encaixado na perspectiva da pesquisa como um todo, do mesmo jeito que todo o aparato educativo, lúdico, psicológico, pedagógico e principalmente acolhedor do projeto Lugar da Criança também é uma prerrogativa para que se pense na positividade na maioria das respostas e perspectivas.

O presente trabalho pode ser válido, pois a análise de um grupo e conceitos criados para a mesma foi posta em prática, e percebeu-se que sim, são jovens julgados por outras classes e que este julgamento interfere em uma autoimagem e aceitação, que pode ou não causar danos se esta pessoa resolve sair de sua zona de conforto e quiser almejar algo maior. Porém o espaço Lugar da Criança já pode se considerar vitorioso por colocar na cabeça destes jovens outra visão (mesmo que inicial) de um mundo possível, de possibilidades futuras e de inserção.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Papirus Editora. 1996.

BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. Dicionário do pensamento social do século XX. **Rio de Janeiro: Jorge Zahar**, p. 22-27, 1996.

CASTRO, Jorge. **Dimensão e medição da pobreza extrema em Pernambuco e no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acessado em: 02 de agosto de 2015.

.HABERMAS, Jürgen, Luiz Sérgio Repa, and Rodnei Nascimento. **O discurso filosófico da modernidade:(doze lições)**. Cap. 1. Martins Fontes, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Editora 34, 2003.

MATTOS, Patrícia Castro. **A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser**. Editora Annablume, 2006.

SALES, Teresa. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. Unicamp, 1993.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Editora UnB, 2000.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Editora UFMG, 2003.

SOUZA, José. **A gramática social da desigualdade brasileira.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

SOUZA, Jessé; GRILLO, André. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Editora UFMG, 2009.

TAVOLARO, Sergio BF. **Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 59, 2005.

TAVOLARO, Sérgio. **Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna.** Novos estudos, CEBRAP, p. 117 – 136, 2007.

TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade.** Tradução de Talyta Carvalho - São Paulo: Editora Realizações, 2011.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania: Dilemas do Brasil Contemporâneo.** Caderno CRH 19, p.8-21. Salvador,1993.